



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 15 No 1 Dezembro 2012



Sector de energia planeia excedentes e define prioridades

por Joseph Ngwawi

A REGIÃO da SADC enfrenta uma escassez de energia eléctrica desde 2007 pois a procura excede a oferta, e a expectativa é que esta carência de energia seja resolvida até 2014. No entanto, a implementação de projectos pode ficar para aquém das datas previstas devido à falta de financiamento e outras restrições.

A SADC está a tomar medidas adicionais de longo prazo para fazer face a actual carência de energia e garantir a auto-suficiência na produção de energia e pôr a escassez de electricidade, através de um ambicioso Plano do Sector de Energia, que apela à região para aumentar a produção de energia em mais de 70 por cento e investir em pelo menos 170 biliões de dólares norte-americanos ao longo dos próximos 15 anos.

O Plano Sectorial de Energia faz parte do Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas aprovado pela 32ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo realizada em Agosto, Moçambique.

O Plano Sectorial de Energia aborda quatro grandes objectivos estratégicos:

- ☞ Garantir a segurança energética;
- ☞ Melhorar o acesso a serviços modernos de energia;
- ☞ Utilização dos abundantes recursos energéticos; e
- ☞ Realização de investimentos financeiros e de sustentabilidade ambiental.

O Plano identifica projectos de infra-estruturas "rigidas", que incluem o previsto aumento de produção e transmissão de electricidade; instalações de armazenamento e refinarias oleodutos para petróleo e gás, e instalações de transporte para a distribuição e exportação de carvão.

O plano para o sector de energia identificou 73 projectos de produção de energia visando aumentar a produção dos actuais 56.000 Megawatts (MW) e garantir que a procura projectada de 96 mil MW seja superada por volta de 2027.

A priorização dos vários projectos foi determinada através de uma fórmula em que os projectos foram classificados de acordo com sua capacidade de impacto sobre a carência regional de energia.

Sete projectos de produção que pontuaram acima de 50 por cento e com maior capacidade de 1.000 MW cada, foram classificados na lista de maior prioridade.

Os sete projectos prioritários de produção de energia poderão contribuir para o aumento de cerca de 26.000 MW para a rede gerida pelo Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) - 65 por cento da nova capacidade de produção prevista entre 2013 e 2027 (ver tabela).

A maior prioridade é dada ao projecto de energia hidroeléctrica da margem norte da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), em Moçambique. O projecto poderá adicionar 1.245 MW à rede eléctrica regional, quando concluído em 2015.

POLÍTICA	3
ENERGIA	4
UNIÃO AFRICANA	5
ANO EM RETROSPECTIVA	6
PAZ E SEGURANÇA	7
ENERGIA	8-9
AMBIENTE	10
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	11
DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO	12
PAZ E SEGURANÇA	13
COMUNIDADE	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

continua na página 2...

Sector de energia planeia excedentes e define prioridades

Os outros projectos incluem a hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa, em Moçambique, a Central Hidroeléctrica de Batoka desenvolvida em conjunto pelo Zimbabwe e Zâmbia, e a Barragem Inga 3, na República Democrática do Congo (RDC).

O projecto Batoka envolve a construção de uma barragem e uma central hidroeléctrica, no rio Zambeze, com uma capacidade entre 1.600 e 2.000 MW de energia eléctrica a ser partilhada igualmente entre a Zâmbia e o Zimbabwe.

Os sete projectos deverão custar um mínimo de 65 biliões de dólares norte-americanos e um máximo de 104.000 milhões dólares.

A prioridade seguinte será de outros 18 projectos que pontuaram acima de 50 por cento de acordo com a fórmula do Plano Director, mas tem capacidade inferior a 1.000 MW.

Esses projectos incluem a extensão da Central eléctrica de Kariba Sul, no Zimbabwe que deverá adicionar 300 MW de energia nova em 2016, a Central Eléctrica a Gás de Kudo com 800MW que deverá ser concluída até 2016 na Namíbia, e Central Hidroeléctrica de Rumakali com 800MW e que deverá estar concluída em 2018 na República Unida da Tanzânia.

Prevê-se que os 18 possam aumentar a oferta de energia na África Austral em 6.481 MW até o final de 2019 a um custo estimado entre 7 biliões e 18 biliões de dólares norte-americanos.

Três grandes projectos de interligação poderiam facilitar a ligação de Angola, Malawi e Tanzânia, para a rede do SAPP.

Os três Países acima mencionados, são os únicos membros do SAPP ainda por estarem ligados à rede eléctrica regional. Outros Estados membros do SAPP são Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe.

Os estados insulares de Madagascar, Maurícias e Seychelles

não são membros do SAPP.

O Secretário Executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão, disse numa mensagem que acompanha o Plano Director Regional de

Infra-estruturas que qualquer aplicação significativa do plano deve dar prioridade a eliminação da escassez de energia na região, através do desenvolvimento e implementação de projectos de infra-estruturas de produção e transmissão de energia.

"A interligação de Angola, Malawi e República Unida da Tanzânia é necessária para permitir a migração destes Estados-Membros membros para o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral."

O custo geral de todos esses projectos a serem implementados na região de 2015-2027 está estimado entre 93 e 212 biliões de dólares norte-americanos.

Além dos projectos de infra-estruturas "rígidas", o Plano Director também identificou 16 questões de infra-estruturas "suaves" que precisam ser abordadas antes da região alcançar a auto-suficiência no subsector de energia eléctrica.

Plano de Acção de infra-estrutura

UM PLANO de acção foi desenvolvido para guiar a região na implementação de projectos prioritários de infra-estrutura, tal como apresentado no Plano Director de Infra-estrutura. Os elementos chave são:

❖ Mecanismos de financiamento

O Plano de Acção define algumas modalidades fundamentais para financiamento de infra-estruturas que incluem o financiamento público, através de mecanismos fiscais e empréstimos soberanos, subvenções dos parceiros de desenvolvimento, o financiamento do sector privado e arranjos de parceria público-privada.

❖ Estruturas/monitorias institucionais e mecanismos de avaliação

As seguintes estruturas continuarão a definir o processo de aprovação do programa de infra-estrutura da SADC, de acordo com os protocolos da SADC:

- * Comitês sectoriais de projectos
- * Subcomitês sectoriais
- * Comitês de altos funcionários
- * Comitês sectoriais ministeriais
- * Comitês dos Ministros de Infra-estruturas
- * Conselho de Ministros
- * Cimeira

PROJECTOS PRIORITÁRIOS DE PRODUÇÃO DO SAPP (Capacidade > 1.000MW)

Ordem de prioridade	País	Nome do Projecto	Capacidade (MW)	Tecnologia	Data de início
1	Moçambique	Margem Norte da HCB	1,245	Hidro	2015
2	Moçambique	Mphanda Nkuwa	1,500	Hidro	2017
3	Zâmbia/Zimbabwe	Batoka	1,600	Hidro	2022
4	RDC	Inga 3	4,320	Hidro	2018
5	Zimbabwe	Gokwe Norte	1,400	Carvão	2017
6	África do Sul	New PF + FBC	6,250	Carvão	2026
7	África do Sul	Nuclear	9,600	Nuclear	2023
Total			25,915		

Fonte: Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas da SADC

Estas incluem políticas harmonizadas e uma maior cooperação no desenvolvimento e comércio de energia. A falta de alinhamento do quadro político e legal e das estruturas tarifárias pode dificultar os investimentos e financiamentos. Por outro lado, uma fraca preparação dos projectos pode causar atrasos.

O Plano Director observa que, além da existência de políticas energéticas e, até certo ponto, política de energia renovável em todos os Estados Membros da SADC, estratégias abrangentes de energia renováveis e planos de acção existem apenas nas Maurícias e na África do Sul.

O Botswana, Ilhas Maurícias e a África do Sul têm já estabelecido metas de electrificação com energia renováveis nos sistemas de energia, enquanto a Namíbia e África do Sul só têm estruturas reguladoras de energia renovável.

Cinco países integraram a implantação de energias renováveis nas suas agências rurais de energia / electrificação. Trata-se do Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Um dos principais desafios para o planeamento regional é a harmonização das políticas fragmentadas e metas estabelecidas pelos Estados-Membros. □

Impacto nos Estados Insulares

TOS ESTADOS insulares das Maurícias e Seychelles não são afectados pelas melhorias da rede regional do SAPP por não estarem ligados a ela.

Eles já estão 100 por cento, ou quase 100 por cento ligado à electricidade e tem acesso a fontes de energia modernas como gás liquefeito de petróleo para cozinha.

No entanto, eles podem se beneficiar de políticas harmonizadas e marcos reguladores para permitir o comércio de equipamentos de energia entre o continente e os Estados insulares. A mobilização coordenada de recursos financeiros também seria benéfica.

Eles podem participar da troca de experiências para pesquisa e desenvolvimento de energia renovável, fabrico e comercialização de tecnologias de energia renovável, tecnologias de carvão limpo e arranjos de exportação de carvão. Eles também podem se beneficiar de tarifas harmonizadas e contratos padronizados de compra de energia. □

"SAPP deve ter mais autoridade para promover o desenvolvimento de energia"

O SECRETARIADO da SADC apelou aos Estados-Membros para analisarem o papel e a função do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) para garantir que o organismo regional se torne mais eficaz nos seus esforços para promover o desenvolvimento no sector de energia.

O SAPP é um organismo regional que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome de empresas dos Estados membros da SADC.

As empresas de energia dos Estados da SADC localizados no continente, com excepção de Angola, Malawi e República Unida da Tanzânia, estão interligadas através do SAPP, permitindo-lhes o comércio de electricidade através de um mercado competitivo.

Fundado em 1995, com base num Memorando de Entendimento Intergovernamental (MoU), o SAPP conseguiu, entre outras coisas, criar um mercado de electricidade na região, permitindo aos clientes beneficiar das vantagens associadas à cooperação energética.

O grupo regional de electricidade também coordena os esforços para a exploração dos inúmeros recursos energéticos que abundam na região.

Por exemplo, o SAPP identificou uma série de projectos prioritários de energia para implementação durante os próximos anos, no quadro da eliminação da escassez de energia na região.

A maioria desses projectos estão virados para fontes de energia renováveis, como a solar, eólica e hídrica - que são menos poluentes para o meio ambiente quando comparada com as outras fontes como o carvão térmico.

Falando durante a recente 33ª reunião do Comité Executivo do SAPP realizada em Harare, Zimbabwe, o Oficial sénior de Programas de Energia da SADC, Freddie Motlathledi, disse que para o SAPP exercer plenamente as suas funções, os Estados membros precisam de rever o papel e as funções deste grupo regional de electricidade.

Actualmente, o SAPP tem um poder limitado para implementar projectos de energia, e Motlathledi diz que é necessário que o grupo tenha mais autoridade para liderar os esforços visando garantir que a região se recupere da escassez de energia que se tornou mais generalizada em 2006/07.

"É tempo de rever o Memorando de Entendimento Intergovernamental (IGMOU) e outros acordos que criaram o SAPP para que a organização esteja habilitada e tenha mais poderes para fazer cumprir as decisões tomadas pelos Estados membros", disse Motlathledi.

O IGMOU de 1995 foi revisto pela última vez em 2006 pelos Ministros da Energia da SADC, quando eles assinaram o Memorando Inter-Governamental de Entendimento revisto.

O IGMOU é um dos quatro acordos que regem as operações do SAPP. Os outros são o Memorando de entendimento Inter-empresas que estabelece as modalidades de gestão básica do SAPP e os princípios de funcionamento, o acordo entre os operadores, que estabelece as normas específicas de operação e preços, e as Directrizes Operacionais, que fornecem padrões e directrizes operacionais.

A este respeito, as operações do SAPP são baseadas principalmente em um conjunto de acordos entre as empresas

membros ao invés de leis formais que permitiriam o organismo regional ter maior autoridade sobre questões de energia na região.

Motlathledi disse que consultas sobre a revisão do IGMOU poderão iniciar antes da reunião dos Ministros da SADC Energia programada para Abril de 2013 no Lesotho.

Ele instou os Estados membros a criarem uma comissão que irá procurar a melhor forma de reestruturar e rever o SAPP de modo que as recomendações sejam aprovadas pelos Ministros da Energia da SADC no próximo ano.

Dirigindo-se à mesma reunião, O Ministro Zimbabweano da Energia e Desenvolvimento, Elton Mangoma, apelou ao SAPP para assegurar que todos os Estados membros estejam interligados a rede regional.

"O SAPP precisa de abranger os seus três membros ainda não interligados", disse ele. "A cont nua falta de interligação destes Estados membros está privando a região e os cidadãos destes países dos benefícios da interligação que o resto dos Estados membros desfruta actualmente."



Mais linhas de transmissão através do SAPP também permitiriam que os Estados membros se beneficiassem da nova capacidade de produção instalada nos outros Países.

Com Angola, Malawi e Tanzânia não interligados através do SAPP, significa que qualquer nova capacidade de produção instalada num destes Países não é aproveitada nos outros nove Estados membros do SAPP. A 33ª Reunião do Comité Executivo do SAPP decorreu a 18 de Outubro e comportou a inauguração das novas instalações do Centro de Coordenação do SAPP em Mt Pleasant, Harare.

O centro funciona como um ponto focal para as actividades do SAPP, nomeadamente através da supervisão técnica das operações do grupo e facilitação do comércio de electricidade. sardc.net □

Sobre o Grupo de Energia da África Austral

O SAPP foi criado com o objectivo principal de fornecer energia eléctrica confiável e económica para os consumidores em cada um dos seus Estados membros, em conformidade com a utilização racional dos recursos naturais e os efeitos sobre o meio ambiente.

A cooperação no sector de energia eléctrica não é um fenómeno novo na região – já

ocorre em termos de planeamento, política e operações, e envolve os governos, empresas de energia e agências financeiras há várias décadas. Para formalizar essa interação, as firmas de energia da região reuniram-se sob os auspícios da SADC para formar o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral em 1995. □

SAPP planeia 1.060 MW de energia nova em 2013

OS ESTADOS membros da SADC tencionam implementar projectos de energia nova que irá acrescentar cerca de 1.060 Megawatts (MW) de electricidade para a rede regional em 2013.

Este valor é ligeiramente inferior a 1.770 MW que foi planeado para implementação em 2012, apesar da actual capacidade real de energia eléctrica planificada para este ano estar ainda por ser tornada pública.

Nova energia a ser produzida em 2013 poderá vir do Lesotho, Malawi, Nam bia, África do Sul e Zâmbia.

A África do Sul planeia implementar projectos que irão adicionar um total de 720MW, enquanto a Zâmbia vai acrescentar 180MW.

A Nam bia e o Malawi vão contribuir com 65MW e 60MW,

respectivamente, enquanto o Lesotho vai acrescentar cerca de 25 MW. Estes novos projectos de electricidade ajudarão a região a minimizar a procura.

A África Austral enfrenta escassez de energia desde que 2007, tendo o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) identificado uma série de projectos para implementação na região de modo a manter a oferta de electricidade.

Entre 2012 e 2016, a África Austral espera implementar vários

projectos de energia que irão adicionar um total de cerca de 14.300 MW de electricidade para a rede regional. Espera-se que a maior parte da energia venha da África do Sul, que planeia implementar um projecto de 8.382 MW de electricidade (ver quadro). □

Novos Projectos de Produção de Electricidade planeados na África Austral em 2012-2016

PAÍS	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO PLANIFICADA, MW					TOTAL
	2012	2013	2014	2015	2016	
Angola	315	0	80	0	700	1 095
Botswana	600	0	0	300	0	900
RDC	120	8	0	580	0	708
Lesotho	0	25	40	110	0	175
Malawi	0	64	0	0	0	64
Moçambique	100	0	265	300	0	665
Nam bia	92	60	0	0	0	152
África do Sul	303	722	3 591	2 244	1 522	8 382
Swazilândia	0	0	0	0	0	-
Tanzânia	160	0	0	0	0	160
Zâmbia	56	180	915	40	339	1 530
Zimbabwe	30	0	140	0	300	470
Total	1 776	1 059	5 031	3 574	2 861	14 301

Fonte SAPP



A nova sede do SAPP. Os novos escritórios do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral irão permitir que o organismo de coordenação regional de energia melhore as suas operações e sirva eficazmente as empresas membros. O edifício foi inaugurado durante a 33ª reunião do Comité Executivo, realizada em Outubro, em Harare, Zimbabwe



Projecto Batoka inicia brevemente

A ZÂMBIA e Zimbabwe intensificaram os seus esforços para construir a tão esperada Central Hidroeléctrica de Batoka Gorge.

Gorge Batoka está localizada no rio Zambeze, cerca de 50 km a jusante de Victoria Falls, e faz fronteira com os dois países. Quando em funcionamento, esta central orçada em 2,4 biliões de dólares norte-americanos, terá capacidade para produzir até 1.600 Megawatts (MW) de electricidade.

Segundo o acordo, a Zâmbia e o Zimbabwe vão dividir a

energia em partes iguais, mas tomando em conta que os dois países são membros do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral, grande parte da electricidade vai alimentar a rede eléctrica regional.

Todos os Estados Membros da SADC localizados no continente, com excepção de Angola, Malawi e Tanzânia, estão interligados através do SAPP.

A Autoridade do Rio Zambeze, uma entidade conjunta da Zâmbia e Zimbabwe, que gere os desenvolvimentos do rio

Zambeze para os dois Países, aprovou o projecto de alguns anos atrás.

A Porta-voz Elizabeth Karonga disse que o Banco Mundial manifestou interesse em financiar o projecto e brevemente será efectuada uma Avaliação do Impacto Ambiental antes da construção.

A Central Hidroeléctrica de Batoka é um dos projectos mais atraentes da região, com grande capacidade para ajudar a África Austral a explorar o enorme potencial hidroeléctrico do rio Zambeze. □



"Unidade é a chave para o desenvolvimento continental"

por Kizito Sikuka

A NOVA Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini-Zuma disse que a África pode atingir o crescimento socioeconómico caso os Estados-Membros trabalhem em conjunto para enfrentar os desafios que afectam o continente.

Falando na cerimónia da sua tomada de posse na sede da União Africana (UA) em Adis Abeba, Etiópia, a 15 de Outubro, Dlamini-Zuma disse que "a única maneira de garantir o sucesso em empreendimentos do nosso continente é agir em conjunto, como um só povo e continente unido."

"Devemos olhar para nós mesmos como um só continente e não como Pa ses individuais. ...

"Constituímos uma força formidável como um continente caso estejamos unidos, mas se estivermos divididos ficamos fracos. Ninguém nos pode ignorar caso estejamos unidos. Ninguém pode deixar de ver o continente como uma força de mudança global, se olharmos para nós mesmos como só um continente."

Ela se comprometeu a avançar a visão da União Africana de "uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global."

Dlamini-Zuma, que é a primeira personalidade da África Austral a chefiar a Comissão da UA, disse que caso os vastos recursos naturais de África sejam plenamente explorados podem impulsionar o continente para o desenvolvimento.

A África possui mais de um quarto das terras aráveis do mundo, e é bem dotada de recursos naturais, incluindo cerca de 30 por cento das reservas mundiais de minerais conhecidos.

"Se investirmos no aumento da produtividade da nossa terra podemos ter segurança alimentar, exportar e gerar receitas, e também poupar os recursos que



usamos para importar alimentos", disse ela.

Dlamini-Zuma, que é também a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da Comissão da UA, disse que o empoderamento das mulheres é fundamental para o progresso do continente.

A este respeito, ela disse que os Pa ses africanos devem canalizar mais recursos para melhorar o acesso à saúde, saneamento e água, e garantir que haja partos mais seguros para as mulheres.

Os Estados membros devem também implementar acordos regionais e continentais que garantem que mais mulheres ascendam a altos cargos de tomada de decisão, disse ela.

A Comissão que ela dirige possui uma paridade de 50-50 em termos de representação de homens e mulheres por decisão da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UA.

Dlamini-Zuma, que faz parte do Governo da África do Sul desde 1994, observou que esta é a primeira vez que uma mulher foi eleita para o posto mais elevado da União Africana em 49 anos, desde a formação deste órgão continental, acrescentando que "esta eleição coloca uma responsabilidade maior sobre as mulheres em geral."

No seu discurso de tomada de posse, ela falou da rica história da África, em que as mulheres desempenham um papel importante nas estruturas económicas e de governação, e, mais recentemente, na luta pela libertação do jugo colonial e do apartheid.



Presidente da Comissão da UA, Nkosazana Dlamini-Zuma

Em relação à capacitação da juventude, Dlamini-Zuma disse que é preciso aproveitar a energia e o entusiasmo dos jovens para que possam contribuir positivamente para as sociedades, nações e para o continente.

“ *"Constituímos uma força formidável como um continente caso estejamos unidos, mas se estivermos divididos ficamos fracos. Ninguém nos pode ignorar caso estejamos unidos. Ninguém pode deixar de ver o continente como uma força de mudança global, se olharmos para nós mesmos como só um continente."* **”**

Sobre paz e segurança, a ex-Ministra Sul-Africana do Interior disse que apesar da África estar a testemunhar progressos significativos na arena política, existem alguns Pa ses que ainda estão com instabilidade por vários motivos.

Ela disse que a paz e a estabilidade são um pré-requisito para o desenvolvimento socioeconómico, da a necessidade de redobrar os esforços para lidar com os conflitos.

"Apesar deste progresso louvável, devemos também reconhecer que tem havido algumas dificuldades e contratempos, com algumas

bolsas de instabilidade e conflito. ... Portanto, é nossa responsabilidade, como governos, como cidadãos, como organismos regionais garantir que o processo democrático seja irrevogável e trabalharmos para o seu sucesso."

Ela disse que a Comissão da UA continuará a trabalhar com as várias partes interessadas e as organizações regionais para promover e consolidar a paz no continente, e que o princípio de encontrar soluções africanas para os problemas africanos será sempre mantido.

Dlamini-Zuma disse que as Comunidades Económicas Regionais (CER) devem continuar a liderar o processo de integração como os principais agentes de implementação.

As três CERs estão num estágio avançado de formação de um mercado integrado que abrange 27 pa ses da África Oriental e Austral. Trata-se do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e da SADC.

Esta Área tripartida de Comércio Livre deverá aumentar comércio intra-regional e aprofundar a integração por meio de fluxos de investimento melhorado e maior concorrência.

Dlamini-Zuma assume a presidência da Comissão da UA, em substituição de Jean Ping Gabão. Sua ascendência foi antecedida por uma intensa campanha dos Estados Membros da SADC, que argumentaram que era tempo para a África Austral liderar a Comissão da UA uma vez que as outras regiões já tinham tido a oportunidade de ocupar o posto mais alto.

Uma gestora e diplomata hábil, com uma visão Pan-Africana, Dlamini-Zuma foi amplamente respeitada na África Austral e em África durante a década que ela serviu como Ministra Sul-Africana dos Negócios Estrangeiros. sardc.net □



2012

2012

Um ano importante para a SADC

A **ÁFRICA Austral** continuou a registar avanços para a integração regional e estabilidade e igualdade de género, com os principais indicadores para 2012 sendo o lançamento do Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas e o Plano Estratégico de Paz e Segurança, entre outros.

A SADC deu um grande passo em frente no aprofundamento da integração, quando os Chefes de Estado e de Governo da SADC aprovaram o Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas na sua Cimeira realizada em Agosto, em Moçambique. O Plano contém a visão para o desenvolvimento de infra-estruturas na região da SADC, entre 2012 e 2027.

O Plano Director orienta o desenvolvimento de infra-estruturas chave como rodoviárias, ferroviária e portos, e constitui uma estrutura de coordenação e cooperação com os parceiros de desenvolvimento e do sector privado. O programa será executado ao longo de três intervalos de cinco anos cada - curto prazo (2012-2017), médio prazo (2017-2022) e longo prazo (2022-2027).

Isto está de acordo com a Visão da SADC de 2027, um horizonte de implementação de 15 anos para a previsão de requisitos de infra-estrutura na região, que está alinhado com o programa da União Africana para o Desenvolvimento de Infra-estruturas de África. O Plano constitui um contributo essencial para a proposta Área tripartida de Comércio Livre composta pela SADC, Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e pela Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC).

Outro marco significativo para 2012 foi a aprovação para estabelecer um Fundo de Desenvolvimento Regional, um mecanismo financeiro para a mobilização de recursos dos Estados-Membros, do sector privado e de parceiros de desenvolvimento, para o financiamento de programas e projectos da SADC.

O plano Estratégico Regional de Paz Sustentável e Segurança, o Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Política, Defesa e Segurança (SIPO), lançado em Novembro, abrange cinco sectores e oferece as condições para o desenvolvimento económico e social (ver página ao lado).

Quanto ao desenvolvimento do turismo, a maior Área de Conservação Transfronteiriça do mundo (TFCA) tornou-se uma realidade em Março, quando a TFCA Kavango-Zambeze (KAZA) foi lançada por cinco estados membros da SADC - Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue.

Situado nas bacias do Okavango e Zambeze onde as fronteiras dos cinco países convergem, a TFCA KAZA cobre uma área de cerca de 444.000 quilómetros quadrados, composta de 36 parques nacionais, reservas de caça, unidades de conservação e áreas de gestão de caça da comunidade, e possui inúmeras atracções turísticas tais como as cataratas de Vitória, bem como uma população selvagem numa área agora aberta a rotas tradicionais de migração.

As eleições realizadas em Angola e no Lesotho reforçaram o perfil da África Austral como um destino

de investimento estável e impulsionaram as perspectivas económicas.

No Lesotho, houve uma transferência do poder do ex-Primeiro-Ministro, Pakalitha Mosisili, que apesar de ter vencido as eleições gerais de 26 de Maio por uma pequena margem, obteve apenas 48 lugares na Assembleia Nacional de 120 lugares, o que não foi suficiente para garantir uma maioria absoluta.

Ele renunciou para permitir que a oposição formasse um governo de coligação liderado pela Convenção de Todo o Basotho (ABC), de Thomas Thabane. De acordo com Lei do Lesotho, o líder do partido maioritário na Assembleia Nacional torna-se automaticamente primeiro-ministro.

Nas eleições parlamentares realizadas em Angola, em Agosto, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), liderado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, ganhou mais um mandato para os próximos cinco anos. O líder do partido com a maioria parlamentar torna-se automaticamente presidente.

O Lesotho manteve a sua representação das mulheres na Câmara em 31, cerca de 25 por cento do total, e Angola, com 76 mulheres membros do parlamento, caiu ligeiramente para 34,5 por cento.

A meta regional é de paridade de género 50:50 até 2015.

As mulheres da SADC têm vindo a tomar o seu lugar em posições de liderança na região, no continente e no mundo em 2012.

A primeira mulher presidente na região da SADC é Sua Excelência Joyce Banda, Presidente do Malawi, ex-Vice Presidente, que foi empossado em Abril de 2012 após a morte do seu antecessor.

A vice-Presidente das Maurícias, Monique Ohsan Bellepeau, ocupou o cargo de 31 Março - 21 Julho de 2012, após a renúncia do presidente, até a escolha de um sucessor.

A nova Presidente da Comissão da União Africana é uma candidata da SADC, Dr. Nkosazana Dlamini-Zuma, o ex-Ministro dos Assuntos Internos da África do Sul, que foi empossada a 15 de Outubro (ver página 5). A Comissão que ela dirige tem 50-50 representação de homens e mulheres por decisão da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UA.

Asha Rose Mígiro foi indicada pelo Governo da Tanzânia para servir como Secretário-Geral adjunta das Nações Unidas de 2007-2012. Ela deixou o cargo este ano, mas não está fora da arena política mundial porque agora é enviada especial para o HIV e SIDA em África.

O principal desafio para o desenvolvimento regional, em 2012, para além do ambiente global de incertezas financeiras, foi o conflito no leste da República Democrática do Congo. Iniciado pelos rebeldes anti-governamentais, o conflito causou uma enorme crise humanitária, com sérias implicações para a integração e para o desenvolvimento socioeconómico regional. Este assunto foi analisado pela Cimeira da SADC em Agosto, e numa Cimeira da Troika, em Setembro, incluindo uma missão ao Ruanda pelo Presidente da SADC (ver página 13). □

Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas

orientará a implementação de seis sectores prioritários

- Energia
- Transportes
- Turismo
- Tecnologia de informação
- Meteorologia
- Água.

Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC.

Novo Plano Estratégico regional de paz e segurança abrangendo cinco sectores – política, defesa, segurança do Estado, segurança pública e da política.

Primeira personalidade da África Austral, primeira mulher a liderar a Comissão da União Africana

Primeira mulher Presidente na SADC

Criada a Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango Zambezi, a maior do mundo.

SADC lança novo Plano Regional de Paz e Segurança

SADC TEM um novo Plano Estratégico Regional de Paz e Segurança abrangendo cinco sectores - política, defesa, segurança do Estado, segurança pública e da polícia.

O plano foi lançado em 20 de Novembro, em Arusha, pelo Presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, o actual presidente do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC.

Ele instou os Estados-Membros para tornar os recursos disponíveis para a implementação do Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Política, Defesa e Segurança (SIPO).

"A paz é um aspecto importante para a prosperidade regional, pelo que há necessidade dos Países membros contribuírem com recursos suficientes para tornar o bloco calmo e estável", disse Kikwete. "Os esforços no sentido de tornar a nossa calma região estão nas nossas mãos. ...

"É hora dos Países membros começarem a alocar recursos suficientes para enfrentar os desafios emergentes... Não devemos esperar que outras pessoas ajam em nosso nome."

Kikwete também destacou que é preciso vontade política para avançar.

Falando na mesma ocasião, o Secretário Executivo da SADC, Dr. Tomás Augusto Salomão, ressaltou a necessidade de preservar a "paz, segurança, estabilidade e democracia, como um pré-requisito para a integração regional e desenvolvimento sustentável", a fim de enfrentar os novos desafios colocados pelo contexto político, económico e social na região.

Salomão traçou a história do Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC estabelecido pelos Chefes de Estado e de Governo em 1996, e as suas conquistas e desafios, dizendo que se trata de uma "plataforma sólida para aprofundar a cooperação política e coesão na região".

Os instrumentos jurídicos já aprovados para a implementação incluem vários protocolos da SADC, nomeadamente de cooperação política, defesa e segurança assinado em 2001.

Outros protocolos são contra a corrupção, combate às drogas ilícitas, o controlo de armas de fogo e munições; facilitação da circulação de pessoas; extradição; assuntos jurídicos, assistência mútua em matéria penal e um pacto de defesa mútua.

O primeiro Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Política, Defesa e segurança (SIPO) que identifica estratégias e actividades foi aprovado em 2003, para a aplicação ao longo de cinco anos. Discussões sobre a revisão do plano começaram em 2007.

O Secretário Executivo identificou as cinco principais conquistas como a integração da organização regional de Chefes de Política na Defesa

Inter-Estado e do Comité de Segurança; criação do Centro Regional de Aviso Prévio para a prevenção e gestão de conflitos, e a Força de Prontidão da SADC.

Salomão também citou o estabelecimento de estruturas civis, como o Conselho Consultivo da SADC de Mediação Eleitoral e Prevenção de Conflitos e estruturas de diplomacia.

No entanto, ele acrescentou que, para além destas conquistas, há desafios resultantes da geopolítica e dinâmica global, mas também de mecanismos de coordenação e falta de recursos humanos e financeiros para a implementação apropriada dos programas.

O SIPO será revisto a cada cinco anos para assegurar uma resposta adequada para o ambiente em mudança na geopolítica e para a relevância dos objectivos, estratégias e actividades em vários sectores, bem como para fortalecer os mecanismos de monitoria, recursos humanos e estruturas.

Um dos principais objectivos do programa, segundo Salomão, é divulgar e difundir o SIPO revisto a todos os interessados, para facilitar o desenvolvimento de um plano de trabalho detalhado que permita as "partes interessadas relevantes a serem os verdadeiros parceiros na implementação".

No lançamento do novo documento de política, o presidente da Tanzânia, disse que se pretende abordar alguns dos novos desafios que a região, a África e o mundo enfrentam, observando que a SADC tem um papel "de liderança na unidade e coesão da região e do continente, contribuindo significativamente para a paz, segurança, assistência humanitária e desenvolvimento a nível regional e continental."

Entre os novos desafios citados por ele constam as mudanças climáticas, pirataria, tráfico de seres humanos, a imigração ilegal e recessão económica.

Os desafios específicos, além de pobreza, são a deterioração da situação na região dos Grandes Lagos, nomeadamente o conflito no leste da República Democrática do Congo (RDC). Ele apelou novamente às partes para um cessar-fogo, tendo em conta que civis inocentes são os que são mais afectados".

O lançamento foi testemunhado por quadros seniores de defesa, policiais e agentes penitenciários da Tanzânia, e altos funcionários do governo e diplomatas de países membros da SADC, bem como instituições académicas e de pesquisa que participaram num simpósio sobre o novo plano estratégico.

A SADC tem 15 Estados membros, incluindo a RDC e Madagáscar que está actualmente suspenso após uma mudança inconstitucional do governo em 2009. sardc.net □

2012

O novo plano estratégico abrange cinco sectores - política, defesa, segurança do Estado, segurança pública e da polícia.



ESPERA-SE QUE tecnologias de energia renovável possam aliviar a escassez de energia na África Austral numa altura em que a região continua a procura de soluções para um problema que há uma década ameaça destruir os esforços para o alcance da auto-suficiência energética e desenvolvimento regional.

A energia renovável é toda aquela que é reposta naturalmente e inclui energia gerada a partir de recursos naturais como hídrica, metano, vento, sol e calor geotérmico. A energia produzida a partir do refino de biomassa é também classificada como renovável.

O carvão, petróleo e gás natural são combustíveis fósseis e são classificados como fontes não renováveis de energia.

Ao contrário dos combustíveis fósseis, as fontes renováveis de energia são menos poluentes ao meio ambiente, dada a necessidade da África Austral aumentar a captação desse tipo de energia.

A energia renovável mais comum na SADC é a hidroelétrica, que responde por cerca de 20 por cento da produção total de energia da SADC, enquanto as outras energias renováveis não fazem qualquer contribuição significativa para as redes nacionais ou regionais.

Centrais terminais não renováveis contribuem com a maior parte da energia mista da SADC, com cerca de 74 por cento de toda a energia produzida.

Este cenário ocorre apesar da África Austral estar extremamente dotada de recursos energéticos renováveis.

A este respeito, um rigoroso programa para promover o uso generalizado de produtos e tecnologias de energia renovável poderiam ajudar a região da SADC reduzir a carga de escassez de energia, bem como a dependência excessiva dos combustíveis fósseis não renováveis

Produtos e tecnologias renováveis

O uso de produtos e tecnologias de energia renovável está a aumentar gradualmente, na África Austral. Os produtos de energia renováveis mais comuns em uso na SADC são as centrais hidroelétricas.

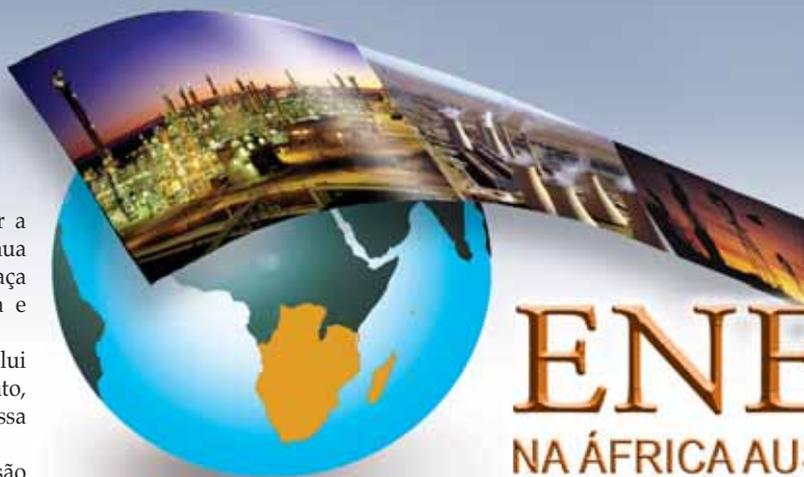
No entanto, o potencial hidroelétrico como fonte de energia renovável ainda está por ser explorado, e uma série de barragens não são plenamente usadas para produzir electricidade para cidades pequenas ou áreas remotas.

O rio Zambeze, por exemplo, drena a água de oito Estados-Membros da SADC e tem uma capacidade de geração de energia hidroelétrica estimada de cerca de 20.000 Megawatts (MW), o que é quase o suficiente para atender às necessidades de energia da região caso o potencial local seja explorado.

Apenas 23 por cento desse potencial está sendo aproveitado, principalmente a partir de duas barragens principais em Kariba, entre a Zâmbia e o Zimbábue, e em Cahora Bassa, em Moçambique.

A energia hidroelétrica está também em abundância com o projecto Inga, no rio Congo, na República Democrática do Congo, que tem potencial para produzir cerca de 40.000 MW de electricidade.

Fora da rede nacional e regional, a tecnologia solar é usada para o fornecimento de electricidade para as famílias e comunidades. Tecnologias



Rumo a energia renovável

Desafios e oportunidades para novas tecnologias

solares usam painéis que atraem a energia do sol para gerar electricidade através do processo fotovoltaico.

Outros produtos incluem lâmpadas solares, aquecedores solares de água, postes solares, carregadores de telefone solares, rádios solares, e tochas solares que têm muitos usos práticos em áreas rurais e urbanas por serem recarregáveis.

Há também geradores de energia solar que fornecem horas de energia solar para manter as famílias com corrente durante interrupções de energia eléctrica.

No entanto, com excepção da energia hidroelétrica, não há incentivos sustentáveis ou esquemas de subsídio para incentivar energia eléctrica em larga escala ligada à rede com base em sistemas de energias renováveis.

De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a África poderia se tornar uma "mina de ouro" para as energias renováveis, devido à abundante energia hidroelétrica, solar e recursos eólicos que são agora extremamente procurados pelos investidores internacionais em sua busca de uma fronteira de energia nova e limpa.

A maioria dos países africanos recebem mais de 2.500 horas de sol por ano, e a maior parte do continente tem sol todo o ano.

Uma avaliação feita pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente das (UNEP) e pela Facilidade Ambiental Global também revela que há 4.000 MW de electricidade geotérmica pronta para a colheita ao longo do Vale do Rift.

Desafios

Com todas as suas vantagens, os produtos e tecnologias renováveis não são baratos para instalar. Por exemplo, um sistema solar para uma casa típica na região custa entre 500 e 1.000 dólares norte-americanos, de acordo com o BAD.

Um pequeno sistema hidro que converte o fluxo de água em energia eléctrica, ou a uma turbina de vento, também é caro para instalar e manter. Como resultado, a maioria dos países da SADC tendem a se concentrar mais em combustíveis



Gerador de energia solar



ENERGIA AUSTRAL



Para a utilização de

fósseis, porque as estações térmicas são mais fáceis e mais baratas de construir em comparação com centrais hidroeléctricas e eólicas.

Há outras barreiras significativas que limitam o desenvolvimento de energia renovável, salvo se medidas políticas específicas forem promulgadas para estimular o desenvolvimento.

Estes obstáculos podem ser agrupadas em várias categorias - barreiras de comercialização, distorções de preços e barreiras de mercado, tais como informações inadequadas, falta de acesso ao financiamento e altos custos de transacção para fazer pequenas compras.

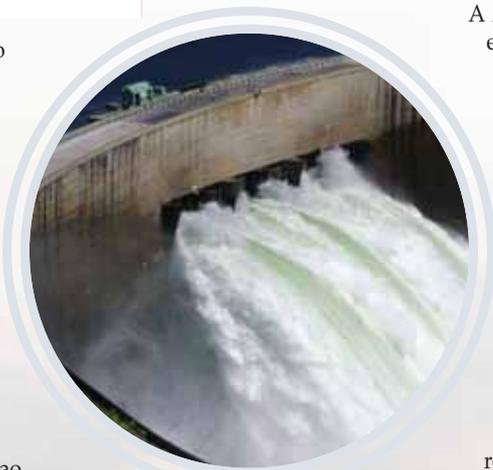
De forma a competir com os combustíveis fósseis e tecnologias nucleares, soluções de energia renovável devem superar duas grandes barreiras à comercialização - infra-estrutura pouco desenvolvida e falta de economias de escala.

Desenvolvimento de novas fontes renováveis vai exigir grandes investimentos iniciais para construir infra-estruturas. Estes investimentos aumentam o custo de fornecimento de electricidade, especialmente durante os primeiros anos.

Em alguns casos, os desenvolvedores devem encontrar locais publicamente aceitáveis com bons recursos e com acesso a linhas de transmissão. Locais eólicos podem exigir vários anos de monitoria para determinar se eles são adequados.

Há também os custos relacionados com as actividades de marketing que devem acompanhar a promoção de produtos de energia renovável. Como ponto de partida, as empresas devem comunicar os benefícios das energias renováveis para os clientes, a fim de convencê-los a mudar a migrar das suas fontes tradicionais.

A educação pública é fundamental para um mercado em pleno funcionamento, caso se pretenda que as energias renováveis tenham sucesso.



Oportunidades

Estados Membros da SADC estão lentamente voltando para a energia renovável para aumentar a produção e atender a crescente demanda de energia eléctrica na região e conhecimento de produtos de energia e tecnologia renovável é extenso em toda a região da SADC, apesar do seu uso ser ainda limitado.

Os países que estão liderando os esforços para aproveitar a energia renovável incluem Madagascar, Moçambique, Namíbia, África do Sul e a República Unida da Tanzânia. Esses países têm intensificado os esforços para aproveitar o enorme potencial renovável que se encontra por explorar na região.

Por exemplo, Moçambique tem objectivo de aumentar a produção na central hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa. A barragem de Mphanda Nkuwa tem a capacidade de adicionar cerca de 1.500 MW de energia nova na rede eléctrica regional.

A RDC também tem intensificado os esforços para explorar o potencial da Barragem de Inga para gerar renda e facilitar a eficiência energética.

Em relação à energia solar, o Botswana planeia construir uma central solar de 200 MW que tem capacidade para fornecer uma parcela significativa das necessidades de energia do país, tomando em conta que o consumo nacional de energia é de cerca de 450 MW.

A África do Sul aprovou projectos de energia eólica de larga escala, com capacidade total para gerar 562 MW como parte de seu Programa de Produtores Independentes de Energia Renovável.

A África do Sul também planeia implementar um projecto de 400 MW de energia eólica dentro dos próximos anos. A maioria das centrais será localizada ao longo da Costa Oeste, que tem um potencial de produzir cerca de 10.000 MW de electricidade.

Em relação à energia geotérmica, a Tanzânia planeia usar centrais de pequena escala geotérmica para electrificação rural. Em Moçambique, pelo menos 38 nascentes termais foram identificadas, principalmente no Vale do Rift, a norte de Metangula.

No Malawi, 21 principais fontes termais foram identificadas na área Chitipa-Karonga até Chipudze na região sul.

Conclusão

O desenvolvimento da indústria de energia renovável tem sido dificultado pela falta de recursos financeiros e pelas deficientes infra-estruturas para explorar os recursos.

O Madagascar é um exemplo prático de como os países da África Austral podem se beneficiar da utilização dos abundantes recursos energéticos renováveis.

Para lidar com alguns desses desafios pertinentes, a África Austral pode seguir o exemplo de Madagascar para que as pessoas possam se beneficiar dos recursos de energia solar e eólica. A ilha de Madagascar é a quarta maior ilha do mundo e embarcou há alguns anos num exercício de pequena escala para aproveitar o seu potencial solar e fornecer energia para a população rural que não está ligada à rede eléctrica nacional.

Clínicas e hospitais rurais foram equipados com tecnologias solares, como pequenos painéis solares para produzir a sua própria electricidade num processo que lhes permite refrigerar vacinas e outros medicamentos vitais.

Dado o custo envolvido, os especialistas estão pedindo a África para começar com pequenos projectos de energia solar que são mais baratos para garantir que a energia esteja disponível para a maioria dos seus habitantes, enquanto grandes projectos podem ser feito em parceria com investidores dispostos. □



África adota Declaração de Arusha sobre desenvolvimento sustentável

por Egline Tauya e Stalin Tazvitya

MINISTROS DE meio ambiente de mais de 40 países africanos adoptaram um modelo que descreve a agenda do continente após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Brasil em Junho.

A Declaração de Arusha sobre a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável de África pós Rio +20 foi aprovada no final da 14ª sessão da Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente (AMCEN).

A declaração contém uma série de compromissos, acções e programas a serem desenvolvidas para enfrentar os desafios ambientais de África, como a degradação da terra, mudança climática, o desmatamento, a baixa produtividade da agricultura e pobreza.

Os principais programas a serem implementados a luz da Declaração de Arusha incluem:

- Programa Africano de Adaptação baseada nos ecossistemas;
- Programa Africano de Desenvolvimento Energético Sustentável;
- Programa Integrado de Gestão de Recursos para a África;
- Planeamento para Avaliação Ambiental Integrada e Desenvolvimento Sustentável em África;
- Programa Africano de Biodiversidade e Ecossistemas;
- Parceria para a Capacitação Institucional, Transferência de Tecnologia e Desenvolvimento de Competências em África; e
- Programa de Gestão sustentável da terra e da desertificação em África.

As decisões tomadas incluem aprovação da posição Africana comum para a próxima 18ª sessão da Conferência das Partes (COP 18) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), marcada para Dezembro, em Doha, no Qatar.

África espera liderar a agenda de adaptação nesta conferência

O plano para iniciar uma parceria Africana de economia verde foi o outro resultado da reunião da AMCEN. Isso facilitaria um apoio coordenado dos Estados membros para implementar a parceria global de acção sobre a economia verde como um veículo para a erradicação da pobreza, criação de emprego e desenvolvimento sustentável.

O Vice-Presidente da República Unida da Tanzânia, Mohamed Gharib Bilal, apelou a um compromisso renovado para enfrentar os desafios que ameaçam o futuro dos povos africanos e exortou aos ministros a construir uma economia verde que visa reduzir a pobreza.

Os ministros concordaram em rever o quadro Africano de 10 anos sobre Consumo e Produção Sustentáveis, que foi aprovado em 2005. A estrutura suporta iniciativas regionais e nacionais, contribuindo para a eficiência dos recursos, criando novas

oportunidades de trabalho e contribuindo para a erradicação da pobreza.

Abrange informações aos consumidores que visa promover instrumentos de gestão ambiental, como as avaliações do ciclo de vida, rotulagem ecológica e auditorias ambientais.

Outro resultado foi a necessidade de usar a Perspectiva Ambiental Africana do PNUMA para avaliar o estado do ambiente Africano para a tomada de decisões a nível nacional e regional.

Isto promove a produção de relatórios sobre estado regional do ambiente como o relatório sobre a *Perspectiva Ambiental da África Austral*, lançado em 2009.

Com vista ao fortalecimento e modernização do PNUMA, que foi um dos principais resultados da Rio +20, os Ministros apelaram à Assembleia Geral para que progressivamente consolide as funções da sede do PNUMA em Nairóbi, bem como para que fortaleça a sua presença regional, a fim de ajudar os Países, na implementação de suas políticas ambientais.

Os delegados também solicitou a actualização dos escritórios regionais do PNUMA, incluindo a criação de cinco escritórios sub-regionais em África, para ser capaz de responder de forma mais eficaz às prioridades ambientais a nível nacional e sub-nacional e ajudar na construção de capacidades para tratar de questões emergentes e desenvolvimento de novos desafios.

A 14ª sessão ordinária da AMCEN foi realizada em Arusha, na Tanzânia, em Setembro de 2012 e foi a primeira grande conferência para discutir questões chave sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio 20, realizada no Rio de Janeiro, Brasil em Junho. □

Destaques da Estratégia de África Pós Rio

Um acordo para fortalecer e consolidar o compromisso para a promoção do desenvolvimento sustentável e integrar efectivamente as dimensões económicas, ambiental e social nas políticas e estratégias de desenvolvimento local, regional e nacional.

Uma reafirmação da necessidade de falar para o continente com uma só voz e assegurar a representação adequada de África em todas as comissões estabelecidas para o acompanhamento dos resultados da conferência Rio +20.

O início de uma parceria Africana de economia verde que facilita o apoio coordenado aos Estados

membros e serve para implementar a parceria global para a acção sobre a economia verde como um veículo para a erradicação da pobreza, criação de postos de trabalho e desenvolvimento sustentável.

Um apelo aos Estados-Membros a utilizar a Perspectiva Ambiental Africana como uma ferramenta para analisar o estado do ambiente Africano com vista a apoiar a tomada de decisões a nível nacional e regional;

Uma revisão do Programa Quadro Africano de 10 anos sobre o Consumo e Produção Sustentáveis para acelerar a implementação dos programas;

Fortalecimento e modernização do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) com vista a garantir de forma segura, estável e adequada o aumento dos recursos financeiros provenientes do orçamento regular da ONU (a um nível de dois por cento do orçamento total), a ser complementada por contribuições voluntárias; e

Melhoria do escritório regional do PNUMA e criação de cinco escritórios sub-regionais em África, bem como a criação de um corpo de composição universal conhecido como Assembleia do Ambiente, com um segmento ministerial chamado a Conferência Ministerial sobre o Meio Ambiente. □

SADC adere a posição comum de África para a COP18

por Eglina Tauya en
Neto Nengomasha

MINISTROS DO AMBIENTE DA SADC concordaram em apoiar a posição comum de África para negociações de 2012 sobre Mudanças Climáticas.

Os Ministros, que se reuniram durante a Conferência Ministerial Africana sobre Ambiente (AMCEN) em Setembro, na República Unida da Tanzânia, observaram que a posição Africana para a 18^a sessão da Conferência das Partes (COP18) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) está em linha com a posição da SADC.

A posição inclui a necessidade da COP18 chegar a um acordo para um segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto.

Os Ministros expressaram preocupação por não haver clareza após COP17, realizada em Durban, África do Sul, quanto ao período de prorrogação do protocolo se seria de cinco ou oito anos.

A SADC, bem como o resto da África prefere um período de compromisso juridicamente vinculativo que evite uma lacuna na redução de emissões previsto no protocolo.

A Posição da África é de apelo aos Países desenvolvidos para se comprometerem na redução de emissões em períodos muito mais extensos do que o previsto no Protocolo de Quioto que termina este ano. Isso garantiria que o aquecimento global permanecesse abaixo de 1,5 °C. África também quer um resultado que comprometa os países desenvolvidos a honrar seus compromissos no âmbito do Fundo Verde para o Clima.

Isso garantiria a prestação de um financiamento adequado e previsível para adaptação e acções de mitigação nacionalmente apropriadas nos Países em desenvolvimento.

A SADC e do resto da África espera que a COP18 possa chegar a um mecanismo para garantir critérios justos, transparentes e imparciais para acesso aos recursos relativos ao Fundo do Clima Verde, o Centro de Tecnologia Climática e os esforços de capacitação.

Preocupações têm sido levantadas sobre o lento desembolso de recursos financeiros prometidos pelos Países altamente industrializados e poluentes para o período de financiamento 2010 - 2012.

África também está preocupada por não ter havido um acordado de financiamento para o período 2013-2020.

Os Ministros do Meio Ambiente observaram a necessidade de assegurar uma representação justa e equitativa da região em todas as instituições criadas no âmbito da UNFCCC, tais como o Centro de Tecnologia Climática, a direcção do Fundo Verde do

Clima, e Comité de Adaptação, conforme acordado durante a COP16 em Cancun, México, em 2010.

Um Estado-Membro da SADC, a Namíbia, apresentou uma proposta sólida para sediar o secretariado do Fundo Verde do Clima, mas perdeu a favor da Coreia do Sul.

África vai enfatizar a necessidade de urgência na acção em resultados acordados uma vez que a janela de oportunidade para evitar impactos climáticos perigosos mudança está se fechando.

Os cientistas consideram que um máximo de cinco anos é muito tempo para evitar mudanças climáticas irreversíveis.

África, portanto, observa o risco crescente de impactos catastróficos, especialmente para o continente.

A SADC e o resto do continente apela aos Países desenvolvidos a aumentar urgentemente o apoio para a

implementação de medidas e planos de adaptação, e para apoiar e agilizar o trabalho de compreender, reduzir e compensar as perdas e danos relacionados com os efeitos adversos das mudanças climáticas, incluindo os impactos na agricultura.

Eles instaram as partes da UNFCCC a aumentar rapidamente a transferência de tecnologia para o desenvolvimento de África, em apoio as acções de adaptação em todos os sectores relevantes, incluindo a agricultura, saúde, água, florestas, energia, transportes, indústria e sectores de gestão de recursos.

A reunião da SADC em Arusha foi em resposta à decisão do Conselho de Ministros da SADC, realizada em Agosto, que solicitou a região para desenvolver uma posição comum antes da COP18.

COP18 terá lugar de 26 Novembro - 7 Dezembro 2012, em Doha, no Qatar. □

Zimbabwe Preside Comité da UNFCCC

UMA OFICIAL do Zimbabwe, Margaret Mukahanana-Sangarwe, foi eleita como a primeira Presidente do recém-formado Comité de adaptação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

Como parte do Quadro de Adaptação de Cancun, adotada durante a 16^a Conferência das Partes (COP16), realizada no México, em 2010, as Partes na UNFCCC criaram um Comité de Adaptação para promover a implementação de acções para a adaptação de uma forma coerente com a convenção.

As funções do comité incluem o fornecimento de assistência técnica e orientação às partes da UNFCCC; partilha de informações, conhecimentos, experiências e boas práticas,



Margaret Mukahanana-Sangarwe Primeira Presidente eleita do novo Comité de Adaptação da UNFCCC

e promoção de sinergias e fortalecimento do envolvimento dos centros e redes de organizações nacionais, regionais e internacionais nas acções de adaptação.

O comité também tem como objectivo fornecer informações e recomendações para a consideração da COP sobre os incentivos para a implementação de acções de adaptação, incluindo finanças, tecnologia e capacitação.

A primeira reunião do Comité de Adaptação foi realizada em Bangkok, em Setembro, onde Mukahanana-Sangarwe foi eleita. A nova comissão vai definir as directrizes para os países desenvolverem e implementarem os seus Planos Nacionais de Adaptação (PAN).

Além disso, também irá promover a assistência técnica e financeira aos países em execução de PAN, apesar de não se conhecer a quantidade de financiamento disponível para ajudar os países em desenvolvimento. □

Recursos Naturais podem impulsionar o crescimento da África Austral

por Kizito Sikuka
em Windhoek, Namíbia

OS VASTOS E LARGAMENTE INEXPLORADOS recursos de hidrocarbonetos da SADC estão a atrair os maiores produtores mundiais de petróleo.

A Namíbia é considerada como o próximo grande actor na indústria de petróleo de África, esperado que se junte as potências continentais de petróleo, Angola e Nigéria. Angola é o segundo maior produtor de petróleo em África e o oitavo maior do mundo.

Com uma estimativa de 11 bilhões de barris de reservas de petróleo, a Namíbia tem um pouco menos que a vizinha Angola. O Ministro de Minas e

Energia, Isak Katali, disse que Namíbia pode se tornar um produtor de petróleo já em 2015. Recentes descobertas de petróleo e gás feitas por empresas da Itália e dos Estados Unidos também provocaram um enorme interesse das companhias internacionais de gás e petróleo para começarem a explorar em Moçambique.

A SADC e outras regiões da África têm vastos recursos naturais que incluem madeira, pesca, água, terra e minerais, como diamantes, ouro e platina, lítio, titânio e cromo, entre muitos outros.

Apesar de toda a abundância de recursos naturais no continente, algumas partes de África continuam a estar entre os mais pobres do mundo.

Assim, há necessidade do continente desenvolver estratégias viáveis para garantir que a extração de recursos seja benéfica para a África, com significativo valor disso no continente, e aumentar a participação local nas empresas de mineração.

"Quando extraímos os minerais, estamos extraído o nosso capital. Portanto, é preciso usá-los com sabedoria", disse Claude Kabemba, Director do Observatório de Recursos da África Austral (SARW), falando a jornalistas da SADC em Windhoek, Namíbia.

Ele disse que os recursos naturais são um activo valioso para sustentar o crescimento, reduzir a pobreza e atingir os

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), da que o continente deve gerir adequadamente seus recursos e buscar o valor disso.

"A África precisa de investir fortemente na recolha de dados e gestão de conhecimento sobre os seus recursos naturais", disse Kabemba, acrescentando que a maioria dos dados disponíveis é de investidores.

Ele apelou aos governos africanos a considerar a renegociação de alguns acordos de extração mineral assinados há muitas décadas pois a maioria deles não se beneficiam o continente.

Kabemba reconheceu que este apresenta um dos desafios técnicos e legais, mas concluiu que continua a ser uma importante intervenção, se a África é tirar proveito dos seus recursos.

Por exemplo, a RDC renegociou alguns dos negócios de mineração nos últimos anos, e publicou contratos de recursos naturais num movimento destinado a melhorar a transparência.

Para beneficiar dos seus recursos naturais, a África também deve rever as suas leis de minerais e sistemas de regime de lealdade, Kabemba disse. "É importante que a África defina cláusulas fiscais e bons contratos." □

África do Sul cria Instituto de Pesquisa Mineral

A **ÁFRICA** do Sul criou o primeiro instituto do País dedicado exclusivamente à indústria de mineração, num movimento para travar o declínio do capital humano dentro de seu sector de mineração e para aprofundar a pesquisa mineral.

O Instituto de Pesquisa Mineral de Wits (WMRI), lançado em Setembro na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, procurará avançar a pesquisa de mineração como uma

componente importante do crescimento económico.

O instituto também espera aumentar o número de alunos que optam por estudar mineração, através da organização de treinamento de habilidades de alto nível em áreas-chave, incluindo novos métodos de investigação para exploração da mineração; política de mineração, saúde e segurança, impactos ambientais e problemas da comunidade.

O Director do WMRI, Nielen van der Merwe, disse que o setor de mineração Sul Africano estava a ser afectada pela falta de capacidade humana e de pesquisa, juntamente com formação inadequada para a próxima geração de pesquisadores.

"O instituto vai estimular a colaboração entre as disciplinas, de direito e de gestão para migração, economia e saúde", disse ele. □

UE Apoia a Integração e Desenvolvimento Regional



SADC e a união europeia assinaram acordos no valor de 36 milhões de Euros para apoiar a integração e desenvolvimento regional.

O acordo abrange o reforço da capacidade institucional para o Secretariado da SADC e os Estados-Membros, incluindo a Sociedade Civil.

A componente de apoio a cooperação política regional está estimada em 18 milhões de Euros para reforçar a capacidade da SADC no exercício do seu mandato na área da política, governação, paz e segurança.

O programa para o desenvolvimento da capacidade institucional vai absorver 12 milhões de Euros para reforçar a capacidade do Secretariado da SADC na promoção do crescimento económico com equidade e desenvolvimento socioeconómico sustentável nos 15 Estados membros da SADC.

A terceira componente é a facilidade de cooperação técnica estimada em seis milhões de Euros para a melhoria da coordenação,

harmonização e desenvolvimento das ligações nacionais e regionais.

Os acordos assinados pelo Secretário Executivo da SADC, Dr. Tomás Augusto Salomão, e o Embaixador Gerard McGovern, Chefe da Delegação da União Europeia para o Botswana e da SADC, representam um marco importante nas relações bilaterais entre a SADC e a UE.

Observando que "um dos três acordos é o primeiro acordo de contribuição entre a SADC e a UE", Salomão disse que a marcha "para a modalidade de acordo de contribuição mostra um profundo compromisso da União Europeia para reforçar a apropriação da SADC, o desenvolvimento da capacidade de sistemas e eficácia da ajuda."

"A UE aprendeu muitas lições na sua experiência de integração", disse o Embaixador McGovern, "e está feliz em compartilhar essas experiências com os países do continente Africano e outros" *sadc.int* □



Conflito no Leste da RDC um revés para a Integração e Desenvolvimento Regional

O CONFLITO no Leste da República Democrática do Congo é um revés para a integração e desenvolvimento socioeconómico regional, e a SADC condenou fortemente a deterioração da segurança, incluindo a invasão e captura de Goma a 20 de Novembro pelos rebeldes anti-governamentais.

SADC exigiu a retirada imediata dos rebeldes de Goma e a cessação das hostilidades, e apelou para a resolução pacífica e duradoura do conflito, sublinhando que a situação pode ser resolvida através do diálogo colectivo.

"A SADC, em colaboração com a Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (ICGLR), vai continuar a fazer todos os esforços para encontrar urgentemente o caminho a seguir para esta questão."

O Órgão da Troika da SADC reuniu-se em Setembro, em Dar es Salaam, na sequência da visita a Ruanda pelo Presidente da SADC, o Presidente Armando Guebuza de Moçambique, que tinha sido mandatado pela Cimeira da SADC, realizada em Agosto, para envolver o Governo do Ruanda e fê-lo imediatamente.

A Troika saudou a sua rápida acção e o seu relatório e aprovou as suas recomendações.

A Cimeira do Órgão da Troika contou com a participação dos Presidentes da Tanzânia, Moçambique e Namíbia, bem como da RDC, o ministro da Defesa da África do Sul e Secretário Executivo da SADC. Eles também reafirmaram o compromisso de pleno apoio as decisões da Cimeira da SADC, realizada em Agosto, e apelaram ao Secretário Executivo para trabalhar em conjunto com o seu homólogo da ICGLR sobre este assunto.

Na Cimeira de Maputo, em Agosto, os líderes da SADC registaram com "grande preocupação" a deterioração da situação de segurança no Leste da RDC durante os três meses anteriores, situação que causou o deslocamento de pessoas e perda de vidas e bens.

A Cimeira notou que "isto está a ser perpetrado por grupos rebeldes com a ajuda de Ruanda", e apelou ao Ruanda a cessar imediatamente a sua interferência "que constitui uma ameaça à paz e estabilidade, não só da RDC, mas também da região da SADC".

Eles concordaram que esta situação chamou uma atenção renovada e urgente a Cimeira que tinha no terreno uma missão de avaliação para a RDC, um estado membro, e manditou o Presidente da SADC para envolver o Governo do Ruanda com o objectivo de impulsionar o Ruanda para parar o apoio militar aos rebeldes armados na RDC.

A Cimeira exortou os Estados membros e a comunidade internacional a fornecer ajuda humanitária aos deslocados no Leste da RDC, e instruiu o Secretariado da SADC para colaborar com o Secretariado da ICGLR na busca da paz e segurança.

Líderes da Região dos Grandes Lagos também solicitaram aos rebeldes a retirarem-se de Goma e parar com todas as actividades de guerra, e decidiram criar uma força compreendendo uma força neutra, militares e a polícia nacional da RDC deve ser implantada em Goma.

Entre os presentes na Cimeira da ICGLR estiveram o Presidente Jakaya Kikwete da República Unida da Tanzânia, que preside actualmente a Troika da SADC

sobre Política, Defesa e Segurança.

Os Estados membros da SADC que fazem parte da ICGLR são Angola, República Democrática do Congo, Malawi, Tanzânia e Zâmbia. Os outros membros são Burundi, República do Congo, República Centro Africana, Quênia, Sudão e Uganda.

A Cimeira expressou gratidão a África do Sul, que se ofereceu para fornecer apoio logístico para a Força neutra internacional que ajudaria a manter a paz no leste da RDC, e à Tanzânia que se ofereceu para fornecer um comandante de força para a Força neutra internacional. Outras contribuições para a força não foram anunciadas na altura.

Os rebeldes lançaram uma rebelião contra o governo do Presidente da RDC, Joseph Kabila, em Abril de 2012, e, recentemente, ameaçaram marchar sobre Kinshasa, a capital do vasto País rico em minerais.

Eles se chamam o Movimento de 23 de Março (M23) que é a data em que eles haviam concordado em depor as armas e ser integrados no exército nacional, antes de desertar e reivindicar que as suas condições não tinham sido cumpridas.

Kagame negou as acusações feitas pela RDC, SADC, outros líderes africanos e por um painel de peritos da ONU de que o Ruanda estava a dar apoio militar aos rebeldes. Uganda também negou que esteja a prestar apoio aos rebeldes.

O Conselho de Segurança exigiu a retirada de M23 rebeldes de Goma, e condenou os abusos aos direitos humanos, incluindo execuções sumárias, violência baseada no género, e recrutamento em grande escala de crianças-soldados. A Resolução 2076 da ONU impôs

sanções específicas aos membros da liderança, mas não um embargo de armas.

Num dos sinais mais fortes para o Ruanda, no entanto, o seu principal doador, o Reino Unido, anunciou que estava retendo cerca de 34 milhões de dólares norte-americanos de ajuda, depois de uma confusão na qual a ajuda tinha sido suspensa em Julho e retomada em Setembro.

O Secretário de Desenvolvimento Internacional disse que o governo "já expôs as suas preocupações sobre relatos credíveis e convincentes do Ruanda envolvimento com M23 na RDC".

Kabila rejeitou negociações com o M23, dizendo que a RDC iria falar somente Ruanda.

Kabila e os seus homólogos do Ruanda e Uganda, Presidentes Paul Kagame e Yoweri Museveni, reuniram-se no Uganda para conversações um dia depois da captura de Goma, capital da província de Kivu Norte, perto da fronteira com o Ruanda.

A sua declaração conjunta de 21 de Novembro, diz que "em solidariedade com o povo congolês e suas contrapartes", Museveni e Kagame condenavam tanto a expansão da guerra e "a ideia de derrubar o governo legítimo da República Democrática do Congo ou minar a sua autoridade."

Eles disseram que se comunicariam com os rebeldes para pararem a sua ofensiva e sair de Goma. Kabila assumiu o compromisso de que a RDC iria olhar para "as causas do descontentamento e resolvê-las da melhor forma possível."

Os três líderes concordaram que "um plano abrangente e operacional voltada para a paz e estabilidade duradouras será elaborado como uma questão de urgência." □

SADC pronta para defender troféu do CAN

QUATRO PAÍSES da África Austral vão elevar o perfil regional na final da edição 2013 da Taça de África das Nações (CAN) que será acolhida pela África do Sul.

Este CAN é o primeiro que se realiza num ano ímpar. África fez esta mudança para assegurar que o torneio não colida com a copa do mundo.

A Copa do Mundo é realizada a cada quatro anos, e em ocasiões em que este evento de futebol mundial foi acolhido no mesmo ano como o CAN, muitas equipas africanas não deram o seu melhor, muitos atribuindo isso à fadiga.

A copa do mundo é normalmente realizada em Junho-Julho, enquanto o CAN é realizado em Janeiro-Fevereiro. Angola, República Democrática do Congo, África do Sul e o actual campeão, Zâmbia, são as quatro representações da SADC.

Angola, RDC e Zâmbia reservaram seus lugares na final do próximo ano como vencedores de duas voltas de confrontos contra o Zimbabwe, Guiné Equatorial e Uganda, respectivamente. África do Sul está participando como Países anfitrião.

A Zâmbia, a tentar defender o título, e a África do Sul, como anfitriã, são as grandes expectativas da SADC, esperando-se que um desses representantes da SADC possa ganhar o troféu, ou pelo menos chegar às finais.

A Zâmbia foi colocado no mesmo grupo que o Burkina Faso, Etiópia e Nigéria. África do Sul está no grupo com Angola, Cabo Verde e Marrocos, enquanto a RDC está agrupada com o Ghana, Nigéria e Mali.

Falando logo após o sorteio dos grupos feita em Durban, África do Sul, em Outubro, representantes da África Austral expressaram satisfação e se comprometeram a fazer o seu melhor para ganhar o torneio.

"Todos os sorteios foram difíceis e eu acho que isso é bastante bom para nós", disse o treinador Sul-Africano treinador, Gordon Igesund, acrescentando que os anfitriões, os Bafana Bafana, estão determinados a percorrer todo o caminho para as finais.

O seu homólogo da Zâmbia, Herve Renard, cuja equipa levantou o troféu do CAN 2012 contra todas as probabilidades, disse que os Chipolopolo, como é carinhosamente conhecida a equipa da Zâmbia, "irá provar o seu valor mais uma vez".

"Estamos confiantes. Estamos aqui para fazer história. Fizemos isso em 2012. Ninguém foi capaz de dizer que a Zâmbia iria ganhar em 2012. Nós hospedamos num pequeno hotel, mas conseguimos ir muito longe", disse ele.

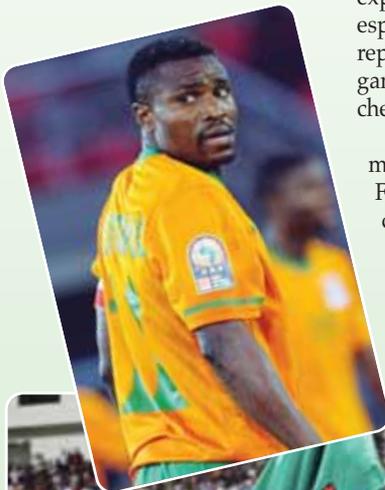


O treinador da RDC, Claude Le Roy, disse que vai usar sua vasta experiência em participar no CAN para orientar a RDC para a vitória. Le Roy está fazendo sua sétima participação, com diferentes equipas africanas.

"É minha sétima Taça de África das Nações, então eu sei que eu tenho experiência, mas tenho de admitir que será difícil", disse o vencedor da Copa das Nações de 1988.

O treinador angolano, Gustavo Ferrin, disse que acolher o CAN-2010, em Luanda, ajudou o País a melhorar a sua preparação para esses torneios. Ele disse que os Palancas Negras iriam "tentar qualificar para as finais".

A final do CAN será realizada de 19 Janeiro - 10 Fevereiro 2013. A SADC está acolhendo o evento pela terceira vez. África do Sul sediou a final de 1994, a primeira a ser realizada na África Austral. Angola foi o segundo País da SADC a sediar a final em 2010. □



Países da África Austral prontos para representar a região na edição de 2013 da Copa Africana de Nações em Futebol

Eventos Dezembro 2012-Fevereiro 2013



ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADC HOJE Vol 15 No 1 Dezembro 2012

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guião para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Stalin Tazvitya, Phyllis Johnson, Patience Ziramba,
Tanyaradzwa Chiwara, Danaí Majahá, Nobuhle Sithole.

ONSELHO EDITORIAL

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2012

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net. Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 T Ngwenya SARDC, lusakatimes.com, worldtourism.com, africanasport.com, guardian.co.uk, venturesafrica.com, emacopon.com, unocha.org; P3 T Ngwenya SARDC; P4 T Ngwenya SARDC (right and below), P Ziramba SARDC (left); P5 www.au.int, www.gov.za; P7 africanarguments.org; SADC; P8 solarpower.com; P9 world-tourism.com, isolara.com; P11 wclimate.com, unfccc.int; P12 europa.eu; P13 allcountries.org; topnews.int, sfbayview.com, icco.eu, vice.com, unocha.org; P14 safanet, lusakatimes.com, supersport.com, africanasport.com; P16 F Dias, forum.globaltimes.cn

Subscriva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sadc.net
www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento



Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral



www.sadc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

Dezembro
26 Novembro –
7 Dezembro,
Qatar

COP 18 de Mudanças Climáticas

A 18ª Conferência das Partes (COP 18) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas será realizada simultaneamente com a Reunião das Partes do Protocolo de Quioto (COP / MOP 8). A COP 18 irá avaliar o progresso e prazos em lidar com questões de mudanças climáticas.

1, Global

Dia Mundial do SIDA

A 1 de Dezembro de cada ano a SADC se junta ao resto do mundo nas celebrações do Dia Mundial do SIDA. O tema para o evento até 2015 é "Chegando a Zero", o que significa um compromisso de reduzir a prevalência do HIV e SIDA para zero.

16-20, África
do Sul

53ª Conferência Nacional do ANC

O Congresso Nacional Africano da África do Sul realiza uma conferência electiva a cada cinco anos para eleger a direcção do partido e analisar os progressos. Nove províncias do ANC apoiam os candidatos do partido ara as seis melhores posições. A conferência de 2012, em Mangaung, ocorre após uma conferência de revisão da política realizada em Agosto.

Janeiro
15-17, Emiratos
Árabes Unidos

6ª Cimeira Mundial de Energia

A cimeira vai procurar concentrar-se na inovação energética, implementação de políticas, desenvolvimento de tecnologia, finanças e abordagens de investimento, e projectos existentes e futuros.

19 Jan-10 Fev,
África do Sul

Campeonato Africano das Nações

Um total de 16 Países da África vão competir no torneio de futebol bi-anual. Quatro equipas da SADC - Angola, República Democrática do Congo, África do Sul e Zâmbia - vai elevar o perfil regional nas finais.

28-29, Etiópia

20ª Sessão Ordinária da União Africana

Chefes de Estado e de Governo reúnem-se na 20ª Sessão Ordinária da União Africana, precedida pelas reuniões técnicas usuais e do Conselho de Ministros. O tema da cimeira é "O Pan-africanismo e o Renascimento Africano".

Fevereiro
18-22, Quênia

27ª Sessão do Conselho de Administração do Fórum Global Ministerial do Ambiente

O conselho se reúne anualmente para analisar questões políticas importantes e emergentes no domínio do ambiente. Destina-se a promover a cooperação internacional, bem como fornecer orientação política geral para a direcção e coordenação de programas ambientais a nível global.

19-21, África
do Sul

Conferência Africana de Energia Indaba

A conferência anual tem como objectivo explorar as formas em que a África pode aproveitar seus enormes recursos de energia para alcançar auto-suficiência energética. É um fórum para profissionais de todo o mundo debaterem e definirem soluções para os desafios energéticos de África.

Por Confirmar,
Moçambique

Conselho de Ministros da SADC

Ministros dos Estados Membro reúnem-se em Conselho, geralmente a partir dos Ministérios das Relações Exteriores, Desenvolvimento Económico e Planeamento ou financiamento. O Conselho é responsável por supervisionar e monitorar as funções e o desenvolvimento da SADC e garantir que as políticas sejam devidamente aplicadas, bem como fazer recomendações para a Cimeira.

Por confirmar,
África do Sul

Conferência de Investimento de Infra-estrutura da SADC

A conferência procurará atrair potenciais investidores para o programa de desenvolvimento de infra-estruturas regionais da SADC. Será seguida por exposições na Ásia, Europa e Estados Unidos com a mesma finalidade.



Acordo de Unidade no Zimbabwe 22 de Dezembro de 1987

ZIMBABWE COMEMORA o 25 ° aniversário do acordo de unidade em 2012.

A 22 de Dezembro de 1987, os dois partidos de libertação do Zimbabwe – A União Nacional Africana do Zimbabwe Frente Patriótica (ZANU-PF) e União Popular do Zimbabwe Frente Patriótica Africana (PF ZAPU) - assinaram o acordo de unidade histórica para facilitar a estabilidade socioeconómica e política.

O então primeiro-ministro e primeiro-secretário da ZANU, Robert Mugabe, e o Presidente da ZAPU, Joshua Nkomo, assinaram o acordo que resultou na fusão dos dois partidos para formar uma ZANU PF unida, efectivamente para parar a insatisfação e instabilidade política que tinha eclodido no sudoeste do País no início de 1980 e, cerrando fileiras contra a manipulação do apartheid da África do Sul.

Mugabe foi eleito Primeiro Secretário e Presidente da ZANU PF unificada e foi acordado que o partido teria dois secretários e vice-presidentes a serem nomeados pelo primeiro secretário e presidente do partido.

Joshua Nkomo e Simon Muzenda foram os dois vice-presidentes nomeados, e ambos desempenharam um papel significativo na implementação do acordo.

O acordo de unidade foi significativo na medida em que mostrou que os líderes dos principais partidos políticos tiveram a capacidade de resolver as suas diferenças para a nação e para a região em geral.

"Hoje é um grande dia. É grande, porque temos visto a união em mente, corpo e espírito dos nossos dois partidos", disse Mugabe, após a cerimónia de assinatura.

"O que estamos testemunhando é um tremendo golpe para as forças de negação, as forças da divisão, as forças da destruição... deixemo-los descansar para a eternidade."

Nkomo acrescentou que o acordo foi "o princípio da unidade, a unidade não é apenas a assinatura de documentos, a unidade é o que se segue."

A união das duas partes remontam à aliança Frente Patriótica, que foi o instrumento eficaz para processar a luta contra o domínio da minoria branca e vencer a democracia e a independência nacional para o Zimbabwe.

A frente unida primeiro foi alcançada em 1896, durante a I Guerra Chimurenga contra os mineiros brancos e colonos quando os líderes Shona e Ndebele colaboraram, para resistir à dominação colonial.

Eles também trabalharam juntos durante a II Guerra Chimurenga quando formaram a Frente Patriótica em 1976 para fornecer uma frente conjunta nas negociações em Genebra para discutir as modalidades do Zimbabwe para a independência.

Isto seguiu-se a união dos partidos sob a bandeira do Conselho Nacional Africano para dar um sonoro "não" à Comissão Pearce sobre a mudança constitucional em 1971.

A assinatura do acordo de unidade é comemorada todos os anos a 22 de Dezembro, um feriado chamado Dia da Unidade Nacional.

Entre as celebrações para marcar o Dia Nacional da Unidade, figuram uma série de eventos desportivos, incluindo uma partida de futebol internacional em que a equipe vencedora recebe a Taça da União, e uma gala musical toda a noite numa das províncias.



Maurícias Comemoram Novo Ano Lunar

DIA DO ano novo chinês, ou Festival da Primavera é a festa mais importante para os Mauricianos de origem chinesa. O festival é celebrado todos os anos em Janeiro ou Fevereiro como o ano novo lunar, e em 2013, o festival será realizado a 10 de Fevereiro.

É precedido por uma limpeza completa da casa e é caracterizado pela partilha tradicional de bolos entre parentes e amigos. A cor dominante durante o festival é o vermelho, que é o símbolo de felicidade.

Celebrações especiais são realizadas em Port-Louis a cada ano com danças de dragões e leões chineses. Facas ou tesouras são utilizados neste dia e oferendas de alimentos são feitas para que o ano seguinte seja de abundância.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Dezembro 2012-Fevereiro 2013

8 Dezembro	Imaculada da Conceição	Seychelles
9 Dezembro	Dia da Independência	Tanzânia
10 Dezembro	Dia Internacional dos Direitos Humanos	Namíbia
16 Dezembro	Dia da Reconciliação	África do Sul
17 Dezembro	Feriado Público	África do Sul
22 Dezembro	Dia da Unidade Nacional	Zimbabwe
25 Dezembro	Natal	SADC
	Dia da Família	Angola, Moçambique
26 Dezembro	Dia da Boa Vontade	África do Sul
	Dia da Família	Namíbia
	Dia do Boxe	Botswana, Lesotho, Swazilândia, Tanzânia, Zimbabwe
31 Dezembro	Dia do Incwala (data por confirmar)	Swazilândia
1 Janeiro	Dia do Ano novo	SADC
2 Janeiro	Feriado Público	Botswana, Maurícias
4 Janeiro	Dia dos Mártires	RDC
12 Janeiro	Dia da Revolução de Zanzibar	Tanzânia
15 Janeiro	Dia de John Chilembwe	Malawi
16 Janeiro	Dia dos Heróis (Laurent Kabila)	RDC
17 Janeiro	Dia dos Heróis (Patrice Lumumba)	RDC
24 Janeiro	Dia de Maulid	Tanzânia
27 Janeiro	Thaiposam Cavadee	Maurícias
1 Fevereiro	Dia da Abolição da Escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Feriado Público	Moçambique
4 Fevereiro	Dia da Libertação Nacional	Angola
10 Fevereiro	Festival Chinês da Primavera	Maurícias
12 Fevereiro	Carnaval	Angola